

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT07.011

SILÊNCIOS QUE REPRODUZEM VIOLÊNCIAS: UM OLHAR ESTUDANTIL SOBRE MISOGINIA E GÊNERO NO ESPAÇO ESCOLAR

Cleide Calheiros da Silva¹

Joana D'arc Ferreira de Macedo²

Alice Marinho Gomes Codá Cavalcanti Marques³

RESUMO

Apresentamos, neste artigo, um recorte da pesquisa desenvolvida entre setembro de 2023 e agosto de 2024, vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Instituto Federal de Alagoas (Ifal), conforme o Edital nº 16/PRPPI/IFAL/CNPq/FAPEAL/2023. Intitulada “*A misoginia e a violência contra a mulher nas relações contemporâneas: um diálogo urgente*”, a investigação tem natureza qualitativa (Minayo, 2014) e está fundamentada na Linguística Aplicada Implicada (Moita Lopes, 2006; Souto Maior, 2022), abordagem que concebe a linguagem como prática social situada e a pesquisa como intervenção ética e transformadora da realidade. Nosso objetivo foi compreender como estudantes dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica e Estradas e da Licenciatura em Letras-Português, do Campus Maceió/Ifal, percebem e vivenciam a violência de gênero no ambiente acadêmico, considerando seus efeitos nas

- 1 Professora Dra. em Linguística e Literatura/PPGLL/Ufal- Docente do Instituto Federal de Alagoas - AL, cleide.calheiros@ifal.edu.br;
- 2 Professora Ma. em Educação pelo CEDU/Ufal, Doutoranda pela UTIC/Paraguai- Docente do Instituto Federal de Alagoas - AL, joana.macedo@ifal.edu.br;
- 3 Estudante do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Alagoas - AL, amgcm1@aluno.ifal.edu.br.

relações interpessoais e institucionais, bem como as possibilidades de enfrentamento. Para tanto, adotamos a técnica da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011; Minayo, 2010) na leitura e categorização dos dados, produzidos por meio de 3 questionários semiestruturados aplicados a 70 estudantes voluntárias(os), de diferentes faixas etárias, gêneros e perfis socioculturais, por se tratar de uma estratégia eficiente para captar percepções e significados atribuídos pelas(os) participantes (Gil, 2008; Flick, 2009). A análise foi orientada pelos aportes teóricos de autoras como Beauvoir (2019), Butler (2021), Federici (2020), Hooks (2020) e Manne (2021), cujas obras ofereceram fundamentos cruciais para a problematização dos discursos e experiências relatadas. Identificamos a persistência de práticas como assédio, discriminação e bullying, bem como a naturalização dessas violências no cotidiano escolar. Esse processo aponta para a banalização da misoginia entre jovens e evidencia um sentimento recorrente de silenciamento institucional. Reafirmamos, assim, a urgência de ações formativas contínuas e políticas institucionais comprometidas com a equidade de gênero e com a promoção de um ambiente acadêmico seguro, inclusivo, plural, transformador.

Palavras-chave: Violência de Gênero, Misoginia, Linguística Aplicada Implícita, Espaço Escolar.

INTRODUÇÃO

A misoginia e a violência de gênero, cada vez mais visíveis nas mídias e nas estatísticas nacionais, exigem uma compreensão aprofundada de suas origens e de seus desdobramentos sociais. Nas últimas décadas, o Brasil tem assistido a retrocessos preocupantes nas garantias dos direitos das mulheres e das minorias de gênero. Desde 2016, políticas públicas e documentos oficiais passaram a excluir termos como *gênero* e *sexualidade*, como se observa na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Propostas como o Projeto de Lei “Escola sem Partido” buscaram impor uma suposta neutralidade ideológica, silenciando discussões sobre diversidade e contribuindo para o recrudescimento da violência contra mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, especialmente entre 2019 e 2023.

A misoginia, entretanto, é um fenômeno antigo. Suas raízes remontam à Grécia Antiga, onde mitos como o de Pandora e Eva atribuíram às mulheres a culpa pelo sofrimento humano, fixando-as como símbolo do mal e da tentação. Na tradição cristã, essas narrativas foram reforçadas por discursos religiosos e filosóficos que associaram a mulher à fraqueza moral e à inferioridade intelectual (Beauvoir, 1970; Jesus, 2010). Ao longo dos séculos, a exclusão das mulheres da vida pública consolidou uma cultura de subordinação, sustentada por instituições que legitimaram a dominação masculina como ordem natural.

Durante a Idade Média, essa estrutura se intensificou com as perseguições às mulheres acusadas de bruxaria. Como aponta Federici (2017), a caça às bruxas não foi um evento isolado, mas parte de um processo de reorganização social vinculado ao surgimento do capitalismo. O controle do corpo feminino e a expropriação de seus saberes reprodutivos e comunitários tornaram-se instrumentos de consolidação do trabalho assalariado e da lógica patriarcal. Nesse período, os registros históricos foram produzidos quase exclusivamente por homens, o que resultou em uma narrativa que invisibilizou as mulheres ou as apresentou como ameaça

(Silva, 2001). Essa omissão histórica reforçou a ideia de que a violência contra as mulheres seria um traço “natural” da vida social.

Compreender esse percurso é essencial para reconhecer a persistência das desigualdades de gênero e os mecanismos simbólicos que as sustentam. Como argumenta Barca et al. (2010), a consciência histórica é uma ferramenta intelectual que permite entender as transformações do tempo e identificar como as ideias e práticas do passado continuam moldando o presente. Aplicada ao campo da violência de gênero, essa consciência evidencia que a misoginia não é um fenômeno isolado, mas parte de um continuum histórico que atravessa culturas e instituições.

A pesquisa desenvolvida no âmbito do PIBIC/Ifal reflete justamente sobre esse processo histórico e suas expressões no ambiente acadêmico contemporâneo. As desigualdades observadas entre estudantes do Campus Maceió/Ifal são herdeiras diretas dessa longa tradição de silenciamento e subjugação das mulheres, perpetuada por discursos religiosos, científicos e políticos. Tais narrativas sustentam, até hoje, uma cultura de invisibilização das “mulheridades” e naturalizam formas de violência simbólica e material.

Os estudos de Beauvoir (2019), Butler (2020), Federici (2017), Hooks (2021) e Manne (2018) ajudam a compreender como essas hierarquias se reatualizam. Enquanto Beauvoir denuncia a construção histórica da mulher como “o outro”, Butler propõe o gênero como performance social e discursiva; Federici revela o vínculo entre patriarcado e capitalismo; Hooks destaca a necessidade de uma leitura interseccional; e Manne identifica a misoginia como sistema moral de punição às mulheres que desafiam normas patriarcais.

Dessa forma, o resgate histórico das origens da misoginia sustenta o objetivo central desta pesquisa: refletir sobre a relevância de abordar a violência de gênero no contexto educacional, especialmente no Ifal – Campus Maceió. Ao compreender os fundamentos históricos e ideológicos da misoginia, buscamos contribuir para o debate sobre o enfrentamento das

violências que afetam as mulheres em múltiplas dimensões – da simbólica à física, da psicológica ao feminicídio.

A abordagem do tema justifica-se por sua urgência social e política. A violência de gênero é um problema global e persistente, cuja superação exige, além de políticas públicas, um processo contínuo de conscientização. Nesse sentido, a pesquisa propõe-se a colaborar com o campo acadêmico como instrumento de reflexão crítica e de reconstrução simbólica, ao reconhecer as mulheres como sujeitas de direitos e de conhecimento, reafirmando a educação como espaço estratégico de resistência e transformação.

METODOLOGIA

A pesquisa insere-se no paradigma qualitativo, de orientação interpretativa e crítica, ancorada na perspectiva da Linguística Aplicada Implicada (Moita Lopes, 2006; Souto Maior, 2022), que entende a linguagem como prática social e a pesquisa como intervenção ética e política. Parte-se do pressuposto de que o conhecimento é historicamente construído e atravessado por relações de poder, o que implica recusar a neutralidade científica e reconhecer a responsabilidade social do ato de pesquisar. Assim, a misoginia e a violência de gênero são compreendidas não como desvios individuais, mas como práticas discursivas e institucionais, materializadas em modos de dizer e agir que perpetuam desigualdades.

De natureza qualitativa e caráter exploratório-descritivo, o estudo foi desenvolvido entre setembro de 2023 e agosto de 2024, no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Instituto Federal de Alagoas (Ifal), em parceria com o CNPq e a FAPEAL, sob o Edital nº 16/PRPPI/IFAL/CNPq/FAPEAL/2023. O objetivo central consistiu em compreender como estudantes dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio e da Licenciatura em Letras-Português do Campus Maceió/Ifal percebem, vivenciam e ressignificam a misoginia e a violência de

gênero em seu cotidiano acadêmico, identificando formas de naturalização, silenciamento e resistência.

Participaram da pesquisa 70 discentes, entre 15 e 27 anos, de diferentes cursos e identidades de gênero, sendo a seleção intencional, com vistas a contemplar a diversidade de experiências. O campo empírico foi o Campus Maceió/Ifal, espaço que, pela heterogeneidade e relevância formativa, se mostrou adequado à análise das relações de gênero e das dinâmicas institucionais que as atravessam.

A construção dos dados ocorreu por meio de três questionários semiestruturados, elaborados com base em revisão teórica e validados por docentes da área. As questões abertas e fechadas buscaram identificar concepções sobre misoginia e violência de gênero, vivências de assédio e discriminação, e percepções acerca das respostas institucionais. A aplicação, entre setembro de 2023 e julho de 2024, foi precedida de explicações sobre os objetivos do estudo e os cuidados éticos. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e, no caso de menores, houve autorização dos responsáveis.

Os dados foram transcritos e sistematizados em corpus digital, analisado segundo a técnica de Análise de Conteúdo (Bardin, 2011; Minayo, 2010), em três etapas: pré-análise, categorização e interpretação. As categorias teóricas – misoginia, violência simbólica, silêncio institucional e resistência – dialogaram com categorias emergentes dos discursos, como naturalização, medo, protagonismo feminino e privilégio masculino. A análise revelou núcleos de sentido relacionados à banalização da violência, ao silenciamento das vítimas, à invisibilidade das desigualdades e às estratégias de enfrentamento desenvolvidas por estudantes.

A credibilidade dos resultados foi assegurada pela triangulação teórica e pela codificação conjunta das respostas, discutida entre as pesquisadoras e a orientadora. Foram observados os princípios éticos da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, garantindo o anonimato e a confidencialidade dos depoimentos. Considerouse ainda a reflexividade das pesquisadoras, que registraram, em diário de campo, percepções e

possíveis interferências decorrentes do pertencimento institucional, fortalecendo a transparência do processo analítico.

Embora não vise generalização estatística, o estudo oferece interpretações transferíveis a contextos semelhantes, pela densidade das descrições e consistência metodológica. Como potencialidade, o processo de pesquisa constituiu-se também como prática formativa, pois o ato de responder e refletir sobre as questões provocou entre estudantes momentos de escuta, reconhecimento e crítica social. Desse modo, a metodologia não apenas produziu dados, mas configurou-se como gesto ético e educativo, coerente com o princípio da Linguística Aplicada Implícada de unir pesquisa, sensibilidade e transformação.

REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão da misoginia e da violência de gênero exige uma abordagem histórica, filosófica e discursiva que evidencie como essas práticas se consolidaram como mecanismos de controle social. Desde *O segundo sexo*, Beauvoir (2019) revelou que a desigualdade entre homens e mulheres não decorre de diferenças naturais, mas de uma construção histórica e cultural. Ao afirmar que “não se nasce mulher, torna-se mulher”, a autora denuncia a naturalização da subordinação feminina, mostrando que as estruturas de dominação se sustentam na produção de discursos que inferiorizam o feminino e legitimam o masculino como norma universal. Essa formulação inaugura uma linha de pensamento que entende a opressão de gênero como fenômeno político, e não biológico.

Desse ponto de partida, outras autoras aprofundaram a discussão, destacando a dimensão econômica e institucional dessa dominação. Federici (2020) argumenta que o patriarcado moderno se consolidou junto ao capitalismo, na medida em que o controle do corpo e do trabalho das mulheres foi condição para a acumulação de capital. A caça às bruxas e a expropriação dos saberes femininos constituíram, segundo ela, o alicerce de uma nova ordem social, na qual o corpo da mulher passou a

ser disciplinado e explorado como força de trabalho reprodutiva. Assim, a misoginia deixa de ser um simples preconceito e passa a ser entendida como estrutura política que articula gênero, classe e poder econômico.

Nessa mesma direção, Hooks (2020) propõe um feminismo interseccional, que reconhece o entrelaçamento entre sexismo, racismo e exploração de classe. Para a autora, não há libertação possível sem que se enfrente a totalidade das opressões. O feminismo, portanto, precisa ser uma pedagogia do cuidado e da equidade, comprometida com a escuta e com a transformação coletiva. Essa perspectiva amplia a compreensão da violência de gênero, mostrando que ela não se limita ao corpo da mulher, mas atinge também a subjetividade e as condições de existência das pessoas que ocupam posições historicamente marginalizadas.

Enquanto Federici e Hooks evidenciam as dimensões econômicas e políticas da misoginia, Judith Butler (2021) desloca o debate para o campo discursivo. Ao conceber o gênero como performance reiterada, Butler mostra que as identidades não são fixas, mas produzidas por atos de fala e de corpo que reproduzem normas e expectativas sociais. A violência de gênero, nesse sentido, manifesta-se quando determinadas existências são consideradas ilegítimas, não inteligíveis ou indignas de reconhecimento. O poder atua, portanto, não apenas pela coerção física, mas também pelo controle simbólico do que pode ou não ser dito e vivido.

Kate Manne (2021) complementa esse entendimento ao definir a misoginia como um sistema moral de punição e recompensa. Em sua leitura, não se trata apenas de ódio às mulheres, mas de uma lógica disciplinadora que pune aquelas que desafiam o papel social esperado – as “que falam demais”, “que reclamam”, “que não se comportam”. Esse policiamento simbólico é um dos pilares da cultura patriarcal contemporânea, sobretudo em instituições como a escola e a universidade, onde o poder ainda se expressa por meio da deslegitimação de vozes femininas e dissidentes.

A análise de Bourdieu (1999) sobre a *violência simbólica* reforça essa concepção ao mostrar que as hierarquias de gênero são sustentadas por

estruturas culturais que se naturalizam no cotidiano. Para o autor, a dominação masculina se perpetua justamente porque é reconhecida como legítima e incorporada como hábito – um poder que não precisa ser explicitamente exercido para ser eficaz. Esse tipo de violência é reproduzido, de forma sutil, em práticas linguísticas, currículos, relações pedagógicas e nas próprias normas institucionais que regem a vida acadêmica.

Em diálogo com Bourdieu, Segato (2018) propõe o conceito de *pedagogias da crueldade* para explicar como a violência contra as mulheres é ensinada, legitimada e repetida socialmente. Para ela, vivemos em sociedades onde o ato de violentar o outro se torna espetáculo e aprendizado – um dispositivo que reforça a masculinidade como sinônimo de poder e domínio. Tal estrutura se infiltra nos ambientes educativos, produzindo subjetividades marcadas pela indiferença e pela banalização da dor.

Essa perspectiva estrutural e simbólica pode ser ampliada com as contribuições de Foucault (1979) e Hall (2004), que refletem sobre as formas de produção do poder e da identidade. Foucault nos lembra que o poder é capilar e produtivo: ele atravessa corpos, saberes e instituições, constituindo sujeitos e comportamentos. A escola, nessa lógica, não é apenas lugar de reprodução do poder, mas também de resistência, onde práticas discursivas podem desafiar as normas. Hall (2004), por sua vez, evidencia que as identidades são construções históricas e fluidas, permeadas por relações coloniais, raciais e de gênero. A compreensão dessas intersecções é fundamental para analisar a multiplicidade das experiências femininas e as diferentes formas que a misoginia assume em contextos como o brasileiro.

No Brasil, a dimensão estrutural da violência de gênero é confirmada por dados recentes. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024) e o Atlas da Violência (2025), o país registrou 1.463 casos de feminicídio em 2023, sendo a maioria das vítimas mulheres negras. Esses números, que representam o ápice de uma escalada contínua, demonstram que a misoginia permanece como fenômeno sistêmico e racializado, enraizado nas relações sociais e nas omissões institucionais. A naturaliza-

ção dessa violência reflete uma cultura política e educacional que ainda resiste em reconhecer o gênero como categoria central de análise e transformação social.

Nesse contexto, a Linguística Aplicada Implicada (Moita Lopes, 2006; Souto Maior, 2022) surge como aporte teórico-metodológico que articula discurso, ética e ação social. Ao compreender a linguagem como prática política, essa abordagem propõe que a pesquisa acadêmica ultrapasse a mera descrição da realidade e se converta em gesto de intervenção. No caso deste estudo, investigar a misoginia e a violência de gênero no Ifal significa agir simbolicamente sobre as condições de desigualdade que estruturam o ambiente educacional, transformando a própria pesquisa em um espaço de escuta, reflexão e resistência.

Dessa forma, ao articular os aportes de Beauvoir, Federici, Hooks, Butler, Manne, Bourdieu, Segato, Foucault, Hall, Moita Lopes e Souto Maior, compreende-se que a misoginia não é apenas uma expressão de preconceito individual, mas um sistema histórico, discursivo e institucional de controle e punição de corpos feminizados. Enfrentá-la implica desconstruir as linguagens e práticas que a sustentam e criar novas formas de convivência, baseadas na equidade, na escuta e na ética do cuidado. A educação, especialmente o ambiente acadêmico, torna-se, assim, espaço privilegiado de transformação, onde o conhecimento pode se converter em prática emancipatória e resistência concreta às violências de gênero.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As análises aqui apresentadas emergem da leitura crítica dos dados construídos sobre misoginia e violência contra a mulher no Campus Maceió/Ifal, a partir da aplicação de três questionários. Mais do que descrever percepções, buscamos compreender o que tais discursos revelam sobre as formas de naturalização e resistência presentes no espaço acadêmico. Para situar o campo da pesquisa, iniciamos pela caracterização do grupo participante, observando gênero, orientação sexual, idade e curso

de matrícula, de modo a evidenciar a diversidade e as tensões que atravessam esse contexto formativo. Como resposta, obtivemos as informações de que estava compondo o processo: 70 estudantes, sendo 38 autodeclaradas mulheres cis hétero; 30, homens cis hétero; 1, homem pansexual; e mais 1, homem não binário.

Essa condição primeira revelou a necessidade de criar um ambiente mais inclusivo, na Instituição, devido à baixa representatividade de identidades não binárias e orientações sexuais não heterossexuais. Dizemos isso, devido ao fato de alguns estudantes e algumas estudantes nos relatarem, em conversas informais, no momento da aplicação dos questionários, que não se sentiam à vontade e seguros(as), para registrar, em documentos, informações sobre suas orientações sexuais. Isso sugere que, em um cenário democrático onde as pessoas pudessem expressar livremente suas identidades e corpos, além dos discursos que os regulam, a realidade poderia ser diferente (Butler, 2020). Essa situação desafia o *status quo*, criando um contra imaginário ao privilégio ontológico dominante, que considera um modo de existir como o único correto (Butler, 2020).

O excluído é, nesse sentido, construído pelo discurso: seu espaço é o silêncio, que se manifesta de forma concreta na injustiça de não poder existir (Butler, 2020). Essa distinção precisa ser examinada e desconstruída. Somente assim a verdadeira liberdade de existir plenamente poderá emergir (Butler, 2020). Isso não ocorre apenas porque há muitas pessoas que não se encaixam nas classificações existentes, mas porque é necessário desmontar essas categorias para permitir a expressão única e dar voz a experiências silenciadas, que, de outro modo, seriam proibidas ou condenadas à invisibilidade (Butler, 2020).

Para enfrentar essas questões, o Ifal instituiu o Núcleo de Gênero, Diversidade e Sexualidade (Nugedis), através da RESOLUÇÃO N° 116/2023-CONSUP/IFAL, no dia 27 de junho de 2023. O Nugedis tem a função de promover ações sobre gênero, diversidade e sexualidade nos Campi do Instituto, mas seu sucesso depende do compromisso contínuo de toda a comunidade acadêmica. Além do Nugedis, é essencial implementar

políticas inclusivas, promover debates sobre questões de gênero e diversidade, formar a comunidade acadêmica para atender às necessidades específicas de cada estudante e garantir acesso a banheiros e vestiários conforme a identidade de gênero. A colaboração com outros setores e organizações que promovem a diversidade também é crucial para um trabalho conjunto e eficaz.

Depois das perguntas iniciais sobre gênero, orientação sexual, idade e curso, aplicamos 3 questionários de pesquisa. No questionário 1, fizemos 4 perguntas às(aos) estudantes: 1) O que você entende por violência? Exemplifique.; 2) Na sua opinião, quem mais sofre violência? Por quê?; 3) Acontece violência no Campus Maceió/Ifal? () Sim () Não. Descreva um ou mais casos de que tenha conhecimento.; e 4) Você conhece ou conheceu alguma mulher que foi ou é vítima de violência doméstica? () Sim () Não. Descreva um ou mais casos de que tenha conhecimento. Nossa intenção, com esses questionamentos, foi acessar o entendimento dos(as) estudantes, participantes da pesquisa, sobre violência, de forma mais ampla; fazê-los(as) refletir, analisar e responder, quem, na concepção deles(as), mais sofre violência, dentro e fora do Campus Maceió/Ifal; se já conheceram mulheres vítimas de violência doméstica, exemplificando e descrevendo casos sobre os quais tenham tido conhecimento.

Estudantes cis hétero, tanto mulheres (38) quanto homens (30), assim como o estudante pansexual e o estudante não binário, definiram violência como atos que ferem uma pessoa, psicológica, física, moral ou sexualmente. A análise dessas concepções revela uma compreensão comum de violência, que inclui diferentes formas de agressão. Tal concepção, embora correta, não aborda as causas estruturais e sistêmicas da violência, como, entre outros, as relações/desigualdades de poder, o patriarcado, a misoginia (Butler, 2020). Sem essa dimensão crítica, a definição pode carecer de profundidade na análise da violência, sobretudo a violência de gênero, deixando de considerar como essas formas são enraizadas em estruturas sociais e culturais que perpetuam a discriminação e a opressão das mulheres e de outras minorias.

Ao se posicionarem, na sequência, sobre os grupos sociais mais afetados pela violência, a maioria das estudantes cis hétero, assim como os estudantes pansexual e não-binário, identificaram as mulheres, especialmente negras, como mais vulneráveis, nesse sentido, exacerbados pelo racismo, *bullying*, assédio e patriarcado, seguido das crianças, das(os) idosas(os) e da comunidade LGBTQIAPN+. Já os estudantes cis hétero declararam ser a comunidade LGBTQIAPN+ o coletivo que mais sofre violência em nossa sociedade. A análise crítica desses dados revela uma divergência notável nas percepções sobre os grupos mais afetados pela violência, com estudantes cis hétero apontando a comunidade LGBTQIAPN+ e os outros destacando as mulheres negras.

A identificação das mulheres negras como essencialmente vulneráveis reflete uma compreensão interseccional positiva, enquanto a disparidade nas respostas sugere a necessidade de maior diálogo e educação sobre múltiplos sistemas de opressão. Vale salientar que a maior visibilidade das questões LGBTQIAPN+ é positiva, mas deve ser integrada a uma análise interseccional que considere gênero e raça.

Essas diferenças destacam a importância de uma educação crítica para entender as formas inter-relacionadas de violência e opressão. Butler (2003) destaca o quanto a violência de gênero é uma manifestação da hierarquia de gênero e da misoginia, que permeiam as relações sociais. A autora diz, ainda, que o “gênero” se tornou central em discursos conservadores e reacionários, um fantasma com o objetivo de criar pânico moral e angariar apoio popular a projetos políticos fascistas, autoritários e excludentes.

A pesquisa indica que mulheres afrodescendentes e pessoas LGBTQIAPN+ são as mais vulneráveis à violência no Campus, perpetuada pelo medo de represálias e lentidão na denúncia. A violência contra mulheres, dentro e fora do Campus, envolve agressões físicas, psicológicas, sexuais, patrimoniais e morais, geralmente por parceiros ou familiares, e é exacerbada por machismo, patriarcado, impunidade, e falta de educação. A cultura do silêncio perpetua a violência, que inclui exploração do trabalho

reprodutivo, violência obstétrica, tráfico sexual, restrições à educação e saúde, e desvalorização dos saberes femininos (Federici, 2017).

Os(As) participantes da pesquisa concordam, de forma geral, que a violência pode se manifestar de várias formas, e que o Campus Maceió/Ifal não está isento dessa problemática, principalmente pelos relatos de assédio, racismo e homofobia que os(as) atravessam, cotidianamente, dentro da Instituição. Quando perguntados(as) sobre a ocorrência de violência, no Campus Maceió/Ifal, mais especificamente, a maioria das estudantes mulheres cis hétero (33 de 38) mais os estudantes pansexual e não-binário relataram casos frequentes de assédio, racismo e homofobia, em salas de aula, no pátio e em outros ambientes, a exemplo de laboratórios. Em contraste, 18 dos 30 estudantes homens cis hétero que afirmaram nunca terem presenciado violências de nenhuma espécie, na Instituição. Isso sugere uma discrepância nas percepções entre os grupos e possível falta de conscientização entre os homens. Essa diferença sugere não apenas uma invisibilização das experiências das mulheres e minorias, mas também uma necessidade urgente de sensibilização e educação dos homens cis hétero para reconhecerem e enfrentarem essas questões, refletindo a necessidade de uma abordagem institucional mais robusta e inclusiva no combate à violência dentro da Instituição (Federici, 2017).

Os mesmos números se repetiram ao responderem sobre a violência doméstica, mesmo o Brasil contando com uma série de leis e políticas públicas, como a Lei Maria da Penha, que busca proteger as mulheres vítimas de violência. Contudo, para os(as) estudantes, no geral, apesar dos esforços empreendidos, a violência doméstica ainda é um desafio persistente no Brasil. Para eles(as), é necessário aumentar a conscientização sobre os direitos das vítimas, intensificar a punição aos(às) agressores(as), melhorar a abordagem das autoridades policiais e garantir um apoio adequado às vítimas. Somente com uma ação conjunta da sociedade, do poder público e das instituições será possível reduzir a incidência desse tipo de violência e construir um país mais seguro – fundamentalmente para as mulheres e demais minorias.

No Questionário 2, fizemos 3 perguntas às(aos) estudantes: 1) É possível perceber a violência de gênero contra a mulher? De que forma?; 2) Exemplifique casos de preconceito e de desrespeito contra as mulheres, bem como de machismo, ocorridos no Campus Maceió/Ifal. Em qual ambiente? Com que frequência? Houve providência?; e 3) Que ações podem ser tomadas para coibir a violência contra a mulher?. Por meio delas, buscamos compreender como a misoginia e a violência contra a mulher se manifestam na no Campus Maceió/Ifal e de que forma elas podem ser coibidas na Instituição.

Na segunda etapa da pesquisa, 32 das 38 estudantes mulheres cis hétero, junto com estudantes pansexual e não-binário, relataram que a misoginia e a violência de gênero são perceptíveis, no Campus Maceió/Ifal, com casos de assédio, racismo e homofobia frequentes nas salas de aula, nos laboratórios e no pátio, todos direcionados contra mulheres. Exemplos incluem violência verbal disfarçada de elogio, dúvidas sobre suas capacidades por parte de professores(as) e colegas, e menosprezo do valor das mulheres na vida pessoal e profissional. Essas atitudes refletem um ódio e desprezo enraizados nas estruturas sociais e culturais que subjugam as mulheres (Beauvoir, 2019).

Além disso, como destaca Manne (2018), há uma tentativa evidente de controlar e punir mulheres que desafiam o domínio masculino, exemplificado pela presença de estudantes mulheres em espaços tradicionalmente masculinos no Campus Maceió/Ifal. Contrariando esses números, 25 dos 30 estudantes responderam que não identificam casos de preconceito, misoginia, desrespeito, violências de diversas esferas, contra as mulheres, por serem mulheres, dentro do Campus Maceió/Ifal. Essa diferença sugere uma problemática subjacente de invisibilidade e normalização da violência de gênero, além de uma possível falta de conscientização sobre o tema, o que revela a necessidade urgente de iniciativas educativas, na Instituição. Implementar programas de formação contínua e promover diálogos inclusivos pode sensibilizar e educar sobre a importância de reconhecer e combater todas as formas de discrimina-

ção e violência de gênero, criando um ambiente mais seguro e inclusivo para todos(as) (Federici, 2017).

A atuação do Campus Maceió/Ifal, para os(as) participantes da pesquisa, no que diz respeito ao combate à misoginia e à violência contra a mulher se desenvolve em torno de ações isoladas de professoras, na maior parte dos casos, ao promoverem formações, movimentos de combate e prevenção, sobre a temática, para alguns coletivos que compõem a Instituição. O que gera atenção, já que os dados de violência de gênero, no país e, de forma particular, no Brasil, e, de forma particular, no Estado de Alagoas, são alarmantes. No Brasil, em 2023, foram registrados 1463 casos de feminicídios. Esse foi o maior número de feminicídios desde que o crime foi tipificado, há 9 anos, conforme dados divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, no início do ano em curso, 2024.

Segundo o Fórum, entre 2015 e 2023, o Brasil teve, ao menos, 10.655 feminicídios, mas o Estado considera que há subnotificação de casos, principalmente nos primeiros anos de vigência da lei de feminicídio, sancionada em 2015. Além disso, a alta incidência de feminicídios, em Alagoas, com 18 casos em 2023, sendo 15 contra mulheres negras, acentua a necessidade de compreender e combater essa realidade localmente. Os mais de 700 pedidos de medida protetiva em apenas 2 meses do ano 2024, no Tribunal de Justiça de Alagoas, evidenciam a urgência de ações efetivas para proteger as mulheres vítimas de violência. Investigar a misoginia e suas consequências no âmbito do Campus Maceió/Ifal, portanto, pode contribuir para a conscientização, prevenção e ação diante desse cenário de crise.

A análise dos dados revela, no bojo dessa discussão, uma abordagem insuficiente e fragmentada do Campus Maceió/Ifal no que diz respeito ao combate à misoginia e à violência contra a mulher, na Instituição, com iniciativas de prevenção e conscientização dependendo principalmente de ações individuais de algumas professoras. A ausência de uma resposta institucional robusta pode perpetuar a impunidade e a falta de apoio às vítimas (Beauvoir, 2019). Além disso, o problema é agravado por um contexto

estrutural que combina racismo e misoginia, aumentando a vulnerabilidade de mulheres negras, as quais, hoje, compõem o maior número de mulheres no Campus Maceió/Ifal. A análise interseccional é crucial para entender como diferentes formas de discriminação se sobrepõem, e a falta de políticas inclusivas pode deixar de atender às necessidades específicas das mulheres mais marginalizadas (Beauvoir, 2019).

A educação tradicional e repressora precisa ser transformada para promover a libertação e a mudança social. Hooks (2021) defende uma educação feminista como prática de liberdade, que inclua as vozes de mulheres e grupos marginalizados. A pesquisa no Campus Maceió/Ifal mostrou que a ausência de formação sobre questões de gênero e a educação sexista contribuem para a perpetuação da misoginia e da violência contra a mulher.

No questionário 3, fizemos 4 perguntas às(aos) estudantes, para aprofundarmos as discussões até aqui empreendidas: 1) Já presenciou uma situação de violência contra as estudantes no Campus Maceió/Ifal, por serem mulheres?; 2) Já tomou conhecimento de alguma situação de violência contra as estudantes do Campus Maceió/Ifal? () Sim () Não. Em caso afirmativo, descreva qual ou quais?; 3) Como você comenta a(s) violência(s) ocorrida(s) contra as estudantes dentro do Campus Maceió/Ifal?; e 4) Na sua opinião, o que pode ser feito para coibir a violência contra as estudantes no Campus Maceió/Ifal, por serem mulheres?

32 das 38 estudantes mulheres cis hétero mais o estudante pansexual e o não binário compartilham da visão de que as mulheres cis hétero enfrentam violências diárias, no Campus Maceió/Ifal, incluindo piadas ofensivas e comentários machistas. Das 5 restantes, 2 deixaram a pergunta em branco. O índice é revelador, pois quase todas as estudantes disseram já ter presenciado/vivenciado violências diárias diversas, dentro do Campus Maceió/Ifal. E sobre essas violências já sofridas, na Instituição, elas citam, entre tantas questões: menos espaço para participação ativa, em sala de aula, no tocante à profissionalização na área técnica; à desvalorização de suas opiniões e contribuições em debates ocorridos em

diversos ambientes da Instituição; à desconsideração de sua capacidade intelectual com base em estereótipos de gênero; à prática de assédio moral ou sexual; à minimização ou descrédito das conquistas acadêmicas; à preferência a estudantes do sexo masculino em oportunidades extracurriculares e de estágio; à exigência de padrões de vestimenta específicos que não são impostos aos estudantes do sexo masculino; à promoção da competição desleal entre estudantes, com base no gênero; à crítica por expressarem suas opiniões de forma contundente; à referência às estudantes com termos pejorativos ou sexistas, afetando sua autoestima e confiança acadêmica. No caso dos 30 estudantes que responderam a essas mesmas perguntas, apenas 8 disseram que presenciaram, no cotidiano do Campus Maceió/Ifal, estudantes sofrerem violências por serem mulheres. Essa disparidade sugere uma possível falta de conscientização ou sensibilidade entre os estudantes homens cis hétero em relação às experiências das estudantes mulheres, ressaltando a necessidade urgente de maior educação e sensibilização sobre questões de gênero para promover um ambiente mais inclusivo e equitativo na Instituição.

Os números da pesquisa indicam que a maioria reconhece que as violências ocorrem sim, no Campus Maceió/Ifal, e que vão desde o fato de as estudantes mulheres serem vistas como não tão capazes para exercer a profissão técnica, no mercado de trabalho, dentro da área do curso, devido ao fato de ainda serem consideradas, entre tantas demandas, sexo frágil, mais vulneráveis, subservientes. A partir de uma análise histórica, constatamos que a discriminação contra as mulheres na sociedade capitalista não é o legado de um mundo pré-moderno, mas sim de uma formação do capitalismo, construída sobre diferenças sexuais existentes e reconstruída para cumprir novas funções sociais. Sobre isso, Federici (2017) acrescenta que Marx nunca poderia ter suposto que o capitalismo preparava o caminho para a libertação humana se tivesse olhado sua história do ponto de vista das mulheres. A autora argumenta também que, historicamente, mesmo quando os homens alcançaram um certo grau

de liberdade formal, as mulheres continuaram a ser tratadas como seres socialmente inferiores e exploradas de forma semelhante à escravidão.

Ao responderem, consecutivamente, sobre o que pode ser feito para coibir a violência contra as estudantes, no Campus Maceió/Ifal, por serem mulheres, todos os grupos enfatizaram a necessidade de ações educativas para promover mudanças comportamentais. Das 38 estudantes mulheres cis hétero, 33 delas, mais os estudantes pansexual e não-binário, apontaram que a ausência de medidas concretas, para promover a igualdade de gênero, na Instituição, perpetua a violência e a institucionaliza. Além disso, esse grupo enxerga, nas formações sobre misoginia, violência de gênero e lutas feministas, bem como na criação de ambientes de denúncias, para desnaturalizar a opressão (raízes econômicas, sociais, históricas e culturais), um caminho de mudanças desse cenário na sociedade.

Os estudantes homens cis hétero, nesse sentido, apontam a construção de leis mais rígidas e de prisões mais severas, para crimes que atentem contra a dignidade e a vida da mulher. A maioria deles acredita que a impunidade e sistemas jurídicos frágeis incentivam esses comportamentos, destacando a necessidade de uma justiça forte, que consiga prevenir a violência de gênero, dentro do Campus Maceió/Ifal, refletindo para além dos muros da Instituição, obviamente.

Essa diversidade de perspectivas sublinha a complexidade do problema e a necessidade de uma abordagem multidimensional (Federici, 2017). A Instituição deve considerar todas essas percepções e trabalhar coletivamente para implementar medidas que promovam a igualdade de gênero e combatam a impunidade, no Campus Maceió/Ifal, criando um ambiente que respeite as diferenças e bem conviva com a diversidade em todos os seus aspectos. O ponto de convergência entre todos(as) eles(as) se dá quando não reconhecem um trabalho efetivo, no Campus Maceió/Ifal, sobre essas questões. Mas que, ao mesmo tempo, veem potencial para que sejam implantadas políticas que atendam às reais necessidades da comunidade acadêmica, sobretudo a mais vulnerável, nesse sentido, que é a da classe estudantil.

Os 17 estudantes do Curso de Licenciatura em Letras-Português/Campus Maceió/Ifal que participaram da pesquisa (8 mulheres cis hétero, entre 10 e 32 anos, e 9 estudantes homens cis hétero, entre 19 e 37 anos) conceituaram violência como sendo uma prática de subjugamento do outro, por meio de ato físico, verbal, psicológico, emocional. No Campus Maceió/Ifal, os 2 grupos citaram como violências mais frequentes a verbal, o racismo, o assédio moral e o sexual. Neste caso, veem a conscientização da própria mulher, coletivo alvo dessa violência, como parte principal do processo de mudança. Para além do Campus Maceió/Ifal, apontaram como violências mais frequentes – contra as mulheres – a injúria racial, a gordofobia, o assédio moral e o sexual, perceptíveis, segundo eles(as), pela atenção às atitudes da vítima, às histórias distópicas, às marcas no corpo e aos gatilhos emocionais – oriundos de suas próprias vivências ou de pessoas próximas.

Esse grupo entende que o trabalho de prevenção e de combate à misoginia e à violência de gênero requer mais frequentemente um trabalho de escuta ativa, acompanhamento e ações contínuas de formação sobre o respeito às mulheridades – essencialmente por parte da Instituição –, visto que, em casa ou em outras instâncias coletivas das quais participam, de acordo com os discursos deles(as), não há espaço nem acesso a essas discussões. Os(As) estudantes disseram, ainda, que medidas preventivas, a partir de programas de conscientização e de apoio psicológico, bem como de criação de políticas institucionais, para dar conta da violência de gênero, dentro do Campus Maceió/Ifal, são fundamentais nesse processo de construção de novas realidades, a respeito dessa problemática, que traz sérios transtornos à vida das mulheres (Hooks, 2021).

A Instituição deve buscar, nesse processo, segundo eles(as), informações da classe estudantil, sobre fatos de violências que ocorrem dentro dos espaços institucionais, através de pesquisas. E, a partir daí, elaborar um plano de ação, que atenda às necessidades estudantis, especialmente no que se refere à misoginia e à violência contra a mulher. Punir as pessoas agressoras dentro da legalidade e promover ações exógenas de

conscientização e criação de grupos de apoio, para esses(as) estudantes são urgentes, dentro e fora do Campus Maceió/Ifal. O que fica evidente é o entendimento de que uma mulher pode ser vista com desconfiança e condenação moral simplesmente por desafiar as normas estabelecidas pelo patriarcado, mesmo que não tenha feito nada de errado do ponto de vista moral ou social (Hooks, 2021). Ao violar essas expectativas patriarcais, ela é rotulada como má, provocando rejeição e repugnância. Isso é o que faz com que ela, conforme Manne (2018), seja alvo de hostilidade e punição.

As construções histórico-culturais, para esse grupo, explicam o comportamento muitas vezes passivo das mulheres diante da misoginia e das violências de diversos tipos pelas quais passam dentro das salas de aula e nos demais espaços formativos da Instituição. O que reforça o fato de esse comportamento não ser oriundo da natureza feminina (Hooks, 2021). Algumas esferas sociais contribuem, segundo os dados construídos, a partir dos questionários aplicados, de forma efetiva, com a moldagem comportamental das mulheridades que constituem o Campus Maceió/Ifal, a exemplo das religiões. Para eles(as), as normas culturais arraigadas perpetuam estereótipos de gênero; as expectativas sociais limitam o papel das mulheres na sociedade; a falta de representatividade feminina em cargos de liderança interfere na imagem que as mulheres possuem sobre si mesmas; a ausência de processos formativos sobre questões de gênero limitam o desenvolvimento da reflexão crítica acerca da condição da mulher no mundo; as pressões sociais atuam para a conformidade com padrões estéticos irreais; a desigualdade salarial e de oportunidades de carreira impactam a compreensão sobre o valor profissional da mulher na sociedade; quase não existem políticas institucionais eficazes para combater a discriminação de gênero; estereótipos negativos sobre as capacidades intelectuais das mulheres colocam-nas sempre em um lugar de frequente desconfiança e de insistente provação; a cultura institucional minimiza ou ignora denúncias de violência de gênero; e a ausência de medidas concretas para promover a igualdade de gênero, no Cam-

pus Maceió/Ifal, contribui sobremaneira para a perpetuação da misoginia e das violências diárias. O que nos faz pensar sobre a importância da implementação de uma pedagogia feminista, a fim de os femininos que compõem nossa Instituição encontrarem sua voz, fazerem a transição do silêncio para a expressão como um ato revolucionário. A ideia de encontrar e ter uma voz é fundamental na fala, nos discursos, na escrita e na ação (Hooks, 2021).

Podemos dizer, ainda, com base nos discursos que constituem as respostas dadas pelas(os) estudantes do grupo da graduação, que as violências que as mulheridades sofrem no seu cotidiano, dentro e fora do Campus Maceió/Ifal, estão incorporadas e enraizadas, há muito tempo, na sociedade. Condição que reforça o conceito de misoginia de Manne (2018), e ao qual nos afiliamos, que a define como a tentativa de controlar e punir as mulheres que desafiam o domínio masculino. Manne (2018) considera a definição tradicional de “ódio às mulheres” de misoginia demasiado simplista, notando que não explica como os perpetradores de violência misógina podem amar certas mulheres. Em decorrência dessa naturalização, essas mulheres não conseguem, muitas vezes, sair de situações de misoginia e de violências de toda ordem, com facilidade, chegando até a se sentirem culpadas, a depender da ocasião. A ruptura desses ciclos, portanto, deve ser cada vez mais potencializada. Daí a relevância de pesquisas como esta, tanto pela carência de investigações na área em debate, quanto pelo compromisso que as ciências carregam consigo: o de construir sociedades mais igualitárias.

Nos discursos dos(as) estudantes participantes da pesquisa, tanto da Educação Básica quanto da graduação, coletamos ideias que, segundo eles(as), podem contribuir para a criação de uma cultura de prevenção, proteção e formação sobre o tema em nossa Instituição. Essas sugestões incluem: I) a implementação de uma política de “tolerância zero” para qualquer forma de misoginia ou violência contra as mulheres no Campus Maceió/Ifal; II) a promoção de ações educacionais e campanhas de conscientização sobre os direitos das mulheres e a importância da igualdade

de gênero; III) a criação de um canal de denúncias anônimas para mulheres que sofrerem violência ou discriminação dentro da Instituição, já que nem sempre as denúncias são feitas presencialmente, por medo, no geral; IV) a realização de formações contínuas para toda a comunidade acadêmica, incluindo estudantes, professores(as), técnicos(as), funcionários(as) terceirizados(as), sobre, entre tantos temas, respeito mútuo, consentimento, comportamentos adequados, misoginia, violência de gênero; V) o estabelecimento de medidas de proteção e suporte às vítimas de violência, incluindo a criação de um projeto específico, para ser realizado pela equipe multidisciplinar e de apoio psicológico do Campus Maceió/Ifal; VI) o fomento ao diálogo e à inclusão de discussões de gênero nos componentes curriculares; VII) a inclusão da temática de igualdade de gênero e combate à violência contra a mulher em eventos, palestras e atividades extracurriculares da Instituição; VIII) a realização de pesquisas e análises periódicas sobre a percepção da violência contra a mulher e a misoginia dentro do Campus Maceió/Ifal, visando identificar pontos de melhoria e avaliar a efetividade das ações implementadas; IX) o estímulo à participação feminina em liderança e tomada de decisão, tanto no corpo docente quanto nas instâncias de gestão da Instituição; X) o estabelecimento de parcerias com órgãos externos, como instituições de apoio à mulher e a organismos públicos especializados, para fortalecer o combate à misoginia e à violência contra a mulher dentro e fora da Instituição de Ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou refletir sobre a relevância da abordagem de questões em torno da misoginia e da violência contra a mulher no âmbito do Campus Maceió/Ifal, como um caminho para a mudança dos índices elevados de agressões, que vão desde as físicas e psicológicas até o feminicídio no Estado de Alagoas. No processo investigativo, foram analisadas as raízes históricas das desigualdades de gênero, evidenciando como elas

se manifestam na sociedade contemporânea e afetam cruelmente as relações femininas (Hooks, 2021).

Os resultados da pesquisa ressaltam a necessidade urgente de aprofundar os estudos sobre a temática, dentro da Instituição, e abrem espaço para a compreensão das distorções que nos constituem como sujeitos(as), em nossas subjetividades. Por meio da educação, da cultura e dos processos interacionais, é possível romper com toda forma de opressão na distinção e na relação entre gêneros na sociedade (Hooks, 2021). A pesquisa enfatiza a importância de investigações contínuas na área, que não só contribuem para o conhecimento científico, mas também possuem um impacto transformador na sociedade, promovendo uma cultura de paz, respeito e valorização das mulheres.

A pesquisa destacou as origens e o desenvolvimento das relações desiguais entre os gêneros, demonstrando que essa desigualdade histórica afeta sobremaneira as mulheres. Foram identificados problemas cotidianos relacionados à educação e à construção de gênero, que muitas vezes perpetuam a desigualdade desde o nascimento de uma pessoa, configurando-a com papéis predeterminados de masculino e feminino. A dominação sobre o gênero feminino foi associada ao aumento da violência e à necessidade de uma legislação mais eficaz. Além disso, a pesquisa constatou a importância dos movimentos que lutam contra essa desigualdade, tanto na prática quanto na teoria. O feminismo, como destacado, visa acabar com o sexismo, a exploração sexista e a opressão, com um foco claro em transformar o sistema patriarcal. No entanto, a influência da mídia patriarcal tem limitado a compreensão do feminismo, associando-o erroneamente à desigualdade de gênero no trabalho e à hostilidade contra os homens.

O problema discutido não é apenas uma “barreira” entre homens e mulheres, mas uma distorção que afeta a condição humana como um todo. Para superar essas barreiras, é essencial promovermos uma cultura de respeito e igualdade por meio da educação, da cultura e de novas formas de interação. A continuidade dos estudos e das ações no Campus

Maceió/Ifal é fundamental para efetivar a mudança necessária e construir uma sociedade mais justa e equitativa.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**; tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. Trad. Sérgio Milliet. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Trad. Fernanda Siqueira Miguens, revisão técnica Carla Rodrigues. 1 ed.-Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **A força da não violência**: um vínculo ético-político. Trad. Heci Regina Candiani; [Prefácio de Carla Rodrigues]. 1 ed. São Paulo:Boitempo, 2021.

BUTLER, Judith. **Força da não violência**. (Vídeo) TV Boitempo. Com Judith Butler. <https://www.youtube.com/watch?v=6DceyjMKel4>. Acesso em 7/5/24.

CARVALHO, Felipe Mio de.; Moterani, Geisa Maria Batista. **Misoginia**: a violência contra a mulher numa visão histórica e psicanalítica. *Avesso do avesso*, v. 14, n. 14, p. 167-178, novembro 2016.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**/2. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017, 406p.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo** [recurso eletrônico]: políticas arrebatadoras / bell hooks; tradução Ana Luiza Libânio. – 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. Tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2020.

JESUS, Damásio de. **Violência contra a mulher**: aspectos criminais da Lei n. 11.340/2006. São Paulo: Saraiva, 2010.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; Barca, Isabel; Martins, Estevão de Rezende. **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba: ED UFPR, 2010.

SILVA, Manuela Santos. **As mulheres cristãs nas cidades da Idade Média**. In:

SANTOS, Maria Clara Curado (Org). A mulher na história: actas dos colóquios sobre a temática da mulher. Lisboa: Câmara Municipal da Moita, 2001.